Comercial (69) 98163-1670 diarioderondonia@



PUBLICIDADE LEGAL - LICENÇA AMBIENTAL - AVISOS

FACULDADE

Mala Direta Endereçada

Nº. CNPJ 10.483.593/0001-48 – SE/RO Editora Gráfica Voz Regional LTDA

RO R\$2,00 diarioro.com.br Porto Velho-RO, 13 junho de 2025 Ano XVI - Edição 787

TCU mantém condenação de ex-gestoras do Coren-RO por superfaturamento

A Segunda Câmara do Tribunal de Contas da União (TCU) rejeitou, por unanimidade, os embargos de declaração apresentados por Emília Nazaré Menezes Ribeiro Pimentel e Sílvia Maria Neri Piedade, ex-presidentes dos Conselhos Regionais de Enfermagem (Coren) do Amapá e de Rondônia, respectivamente. Elas haviam sido condenadas solidariamente ao ressarcimento de valores e aplicação de multa por irregularidades em convênios com o Conselho Federal de Enfermagem (Cofen) para aquisição de mobiliário.

A decisão foi formalizada no Acórdão nº 3.033/2025, aprovado na sessão de 10 de junho. O processo trata dos convênios AFC 24/17, 32/18 e 33/18, envolvendo os Corens dos estados de Rondônia, Amapá e Piauí. A Corte julgou que houve superfaturamento decorrente de orçamento com preços acima dos valores de mercado, configurando dano ao erário.

Nos embargos, as gestoras alegaram que a decisão anterior, consubstanciada no Acórdão no 8.151/2024, teria incorrido em omissões, contradições e obscuridades. Entre os pontos levantados, argumentaram que a diferença entre o item orçado (cadeiras com espaldar baixo) e o efetivamente adquirido (poltronas com espaldar alto) inviabilizaria a quantificação do sobrepreço. Também sustentaram terem sido induzidas a erro por Reni de Paula Fernandes, então presidente da comissão de licitação do Cofen.

De acordo com as embargantes, a decisão desconsiderou o pedido de apoio técnico ao Cofen e a possibilidade de fraude externa



Gestora rondoniense Sílvia Maria Neri Piedade (Detalhe) responde por superfaturamento na compra de móveis para o Conselho Regional de Enfermagem de Rondônia.

às suas vontades", e invocaram o artigo 39 do Decreto 93.872/1986, além do Acórdão 6.787/2012 da Primeira Câmara, na tentativa de afastar sua responsabilidade. No pedido final, solicitaram "o provimento dos embargos com efeitos infringentes, julgando regulares com ressalvas as contas das embargantes".

Contudo, o relator da matéria, ministro Bruno Dantas, afastou todos os argumentos. Em seu voto, ressaltou que não houve qualquer omissão no exame da diferença entre os modelos de cadeiras, uma vez que o voto original já havia considerado que ambos os itens constavam com

cotações idênticas na pesquisa de preços que antecedeu a licitação. Sobre a alegação de indução a erro, o relator afirmou que "a ausência de questionamento de valores e a falta de verificação das cotações de mercado por parte das gestoras" impedem o afastamento da responsabilidade.

Segundo ele, embora o presidente da comissão de licitação do Cofen tenha atestado a conformidade dos preços, "compete aos gestores assegurar a lisura dos procedimentos em suas próprias gestões". O ministro também destacou que o uso de embargos de declaração com a intenção de rediscutir o mérito da decisão é vedado.

TCE multa ex-gestor da EMDUR por irregularidades em pregão eletrônico

O Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO) concluiu o julgamento de uma representação apresentada pela CSF Serviços de Limpeza LTDA, que apontou ilegalidades no Pregão Eletrônico n. 019/2023 da Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano (Emdur), vinculado à Prefeitura de Porto Velho. As irregularidades ocorreram na gestão anterior.

A denúncia foi protocolada por Vinicius de Almeida Campos, sócio da CSF, e tratava do processo licitatório voltado à contratação de empresa especializada para prestação de serviços terceirizados de apoio operacional. A análise do Tribunal indicou que a empresa Norte & Sul Serviços Terceirizados de Mão de Obra LTDA, vencedora da disputa, se beneficiou indevidamente do enquadramento como empresa de pequeno porte, apesar de não atender os critérios exigidos por lei. Segundo o relatório, a Norte & Sul omitiu ser coligada à Construtubos Comércio de Artefatos de Concreto LTDA, com quem compartilha o mesmo proprietá-

A soma do faturamento de ambas no ano-calendário de 2022 ultrapassou R\$ 8 milhões, quase o dobro do teto permitido pela Lei Complementar n. 123/2006, que é de R\$ 4,8 milhões para fins de benefícios fiscais e preferenciais em licitações.

O relator do processo, conselheiro-substituto Omar Pires Dias, apontou falhas cometidas por servidores nomeados pela gestão do PSDB. Gustavo Beltrame, então presidente da Emdur, ratificou a vitória da empresa sem questionar a validade da documentação apresentada. Já o pre-



Tribunal de Contas de Rondônia identifica irregularidades em licitação de serviços terceirizados e responsabiliza ex-gestores e representante de empresa vencedora

goeiro Marcos Aurélio Furukawa teria deixado de realizar diligências obrigatórias na fase recursal, mesmo diante de indícios de irregularidade.

As penalidades determinadas incluíram multa de R\$ 2.430 a Beltrame, R\$ 4.050 a Furukawa e R\$ 8.100 à empresa Norte & Sul, representada por Maicon Diego dos Santos.

valores deverão Os ser quitados até dias em 30 publicação após oficial. Embora o certame tenha sido considerado ilegal, o Tribunal optou por não anulá-lo, com base no princípio da segurança jurídica. No entanto, a Corte determinou o envio de cópia integral do processo ao Ministério Público de Rondônia para apuração de possível prática de falsidade documental.

O atual presidente da Emdur, Bruno Oliveira de Holanda, foi formalmente alertado pelo TCE sobre a obrigatoriedade de cumprimento rigoroso da legislação em futuras contratações, com risco de sanções caso haja reincidência. A sessão que julgou o caso ocorreu em 13 de maio de 2025, de forma telepresencial, com votos favoráveis do relator Omar Pires Dias e do presidente em exercício Francisco Júnior Ferreira da Silva. O conselheiro José Euler Potyguara Pereira de Mello declarou-se suspeito. Os conselheiros Edilson de Sousa Silva e Valdivino Crispim de Souza estiveram ausentes com justificativa.

O Ministério Público de Contas foi representado pelo procurador Adilson Moreira de Medeiros.

DIARIO RO
www.diarioro.com.br

Empresa Jornalística Voz Regional Ltda CNPJ: 10.483.593/0001-48

Fundado em 19 de Novembro de 2008 Avenida Campos Sales, 5156 - Eletronorte CEP: 76808-458 - Porto Velho - Rondônia Jornalismo (69) 3224-2485 jornalismo.diarioro@gmail.com

REDAÇÃORua General Osório, 243,
Centro - Porto Velho - RO

Redação diarioderondonia@gmail.com

Comercial vozregionaladm@gmail.com (69) 98163-1670

Os artigos e matérias são de responsabilidade dos seus autores e não refletem a opinião do veículo.

Jaime Bagattoli assume presidência de subcomissão que fiscalizará os embargos de terra do Ibama

O senador Jaime Bagattoli (PL) assumiu, na quarta-feira (11), a presidência da Craterras, a subcomissão temporária do Senado criada para acompanhar os embargos de terras por parte do Ibama.

A subcomissão, que é um braço da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), será responsável por acompanhar, avaliar e fiscalizar, num prazo de 180 dias, todas as ações referentes aos embargos de terras pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama).

A criação da subcomissão chega após uma série de notificações a produtores rurais de todo o país pelo Ibama, onde embargos ambientais vêm sendo aplicados de forma equivocada, afetando, principalmente, pequenos e médios produtores rurais do Norte.

Em sua fala como presidente da subcomissão, Bagattoli criticou a rigidez dessas medidas e lembrou das manifestações em Rondônia em razão de embargos relacionados à criação de 11 reservas.

"Tem pessoas com escritura pública e títulos definitivos produzindo há 35, 40, 45 anos na área e o que que aconteceu? Demarcaram 11 reservas, sem consultar as pessoas, sem consultar o Incra, sem consultar esses títulos dessas propriedades que já existiam", declarou.

Bagattoli ainda lembrou que, so-mente em Porto Velho, mais de 800 produtores já foram notificados e que a realidade dos demais municípios do estado e da região Norte demanda urgência. "Tem municípios em Rondônia com mais de 70% dos produtores com problema, produtores todos com menos de quatro módulos. Precisamos trabalhar em cima disso e resolver esse problema que afeta todos os estados da Amazônia Legal", concluiu o senador.

O Ibama publicou, recentemente, vários editais para informar embargos coletivos a mais de 4 mil propriedades rurais nos estados do Acre, Pará, Rondônia, Amazonas e Mato Grosso. Com os imóveis totalmente embargados, milhares de pequenos produtores tiveram, automaticamente, o crédito rural bloqueado.



Senador criticou rigidez das medidas que afetam principalmente os pequenos produtores.





Presidente da Alero apoia moradores da Unidade Soldado da Borracha em reunião no TJRO

Na tarde desta quarta-feira (11), o presidente da Le-Assembleia gislativa de Rondônia, deputado Alex Redano (Republicanos), participou de uma reunião interinstitucional de alta relevância, realizada na sede do Tribunal de Justiça de Rondônia (TJRO), em Porto Velho. O encontro reuniu representantes dos três poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário, além Ministério do Público Estadual (MPE), Polícia Rodoviária Federal (PRF) e representantes das comunidades da região conhecida como Soldado da Borracha.

"A Assembleia Legislativa não se furtará de estar ao lado dessas famílias que sempre viveram em harmonia com a natureza. Nosso compromisso é com a justiça social e com a proteção de quem produz e preserva. Vamos lutar para corrigir os excessos desse decreto e assegurar os direitos dos moradores", afirmou o deputado Alex Redano.

A reunião contou ainda com a presença do secretário-chefe da Casa Civil, Elias Rezende, que representou o governo do estado nas tratativas. O objetivo central foi discutir os impactos causados pelo decreto estadual que criou onze Unidades de Conservação em Rondônia durante o governo do ex--governador Confúcio Moura.

Moradores da Estação Ecológica Soldado da Borracha denunciam que não foram



Moradores da Unidade Soldado da Borracha denunciam que não foram ouvidos antes da publicação do decreto.

ouvidos antes da publicação do decreto e afirmam que estão sofrendo com severas restrições que comprometem sua permanência e suas atividades econômicas em áreas onde vivem há gerações.

O secretário Elias Rezende afirmou que o governo está aberto ao diálogo e reconhece a necessidade de rever pontos críticos do decreto, desde que haja responsabilidade ambiental.

A reunião resultou na formação de um grupo de trabalho para analisar alternativas jurídicas e administrativas que possam garantir a permanência das comunidades nas áreas tradicionais, promovendo

segurança jurídica e justiça social, sem comprometer os princípios da conservação ambiental.

A Assembleia Legislativa acompanhará os próximos passos e deve contribuir na formulação de propostas legislativas e institucionais que respondam às necessidades da população afetada

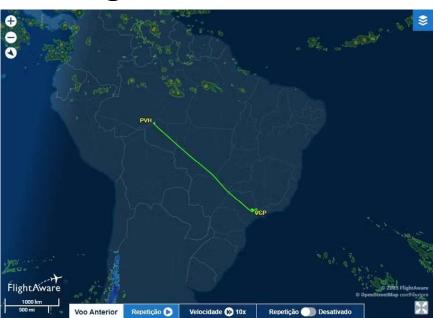


Avião que saiu de Porto Velho para SP é desviado por causa de drones; 20 viagens foram afetadas

Um voo da Latam, que saiu de Porto Velho (RO) com destino a Guarulhos (SP), na noite de quarta-feira (11), precisou ser desviado para o aeroporto de Viracopos (SP). Segundo a companhia aérea, a aeronave foi impedida de pousar devido a presença de drones na cabeceira do aeroporto.

Além do voo de saiu de Porto Velho, mais de outras 20 viagens da companhia com origem ou destino no Aeroporto de Guarulhos foram impactados. A empresa diz que a ocorrência foi "totalmente alheia à sua responsabilidade".

A companhia também disse que está prestando toda a assistência necessária aos passageiros afetados, conforme previsto na Resolução da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).



RO-133 passa por recuperação em 82 km entre Machadinho d'Oeste e o Porto 2 de Novembro

A RO-133, no trecho que liga Machadinho d'Oeste ao Porto 2 de Novembro, uma das principais rotas turísticas da região, recebe manutenção em 82 quilômetros, com serviços que incluem reconformação da plataforma, revestimento primário, limpeza das margens, execução de aterros, corte de morros e instalação de bueiros, garantindo mais segurança, trafegabilidade e incentivo ao turismo local.

O governador de Rondônia, Marcos

Rocha, destacou que a obra beneficia tanto o setor produtivo quanto o potencial turístico da região. "O governo do estado está investindo em infraestrutura com visão estratégica. A RO-133 é fundamental para o transporte da produção rural e, ao mesmo tempo, dá acesso a um ponto turístico importante no município de Machadinho d'Oeste, que atrai visitantes e movimenta a economia local", afirmou.

O diretor-geral do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes (DER), Eder André Fernandes, explicou que a obra está sendo executada com foco em durabilidade e prevenção. "Além de melhorar a trafegabilidade, estamos prevenindo problemas futuros, como erosões e alagamentos, com a instalação de bueiros e o corte adequado de morros. É uma ação que garante benefícios a longo prazo", ressaltou. A

lém de ser corredor logístico para o agronegócio, a



RO-133 em Machadinho d'Oeste recebe manutenção em 82 km realizada pelo governo do estado.

RO-133 se consolida como um eixo de integração turística, valorizando os atrativos naturais de Rondônia. A recuperação da via faz parte do com-

promisso do governo do estado com o desenvolvimento regional sustentável e com a valorização das potencialidades locais.







ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO - RO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CONTRATO 010/PJM/2020 PROCESSO: 1-1035/2019/SEMAF

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ALTO PARAISO

CONTRATADA: empresa PÚBLICA SERVIÇOS LTDA. pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 04.804.931/0001-01.

DO ADITIVO: Esse termo tem por objeto, a prestação dos serviços de informatização do Poder Legislativo do Município de Alto Paraíso/RO, considerados contínuos, prorrogando-os, pelo prazo de 03 (três) meses, não havendo aqui, alteração de valores e/ou prazo.

Alto Paraíso - RO, 12 de junho de 2025.

JOÃO PAVAN PREFEITO MUNICIPAL



ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO - RO

AVISO DE CONVOCAÇÃO REABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 030/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 699/2025

A Prefeitura Municipal De Alto Paraíso/RO, por meio da Pregoeira e sua equipe de apoio, torna público aos interessados, classificados na licitação que será realizada a REABERTURA DE LICITAÇÃO, Pregão eletrônico nº 030/2025, cujo objeto; "SISTEMA REGISTRO DE PRE-ÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRES-TAÇÃO DE SERVIÇO EM DEDETIZAÇÃO E LIMPE-ZA DE CAIXA-D'ÁGUA PARA ATENDER AS DEMAN-DAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS (SEMSAU) (SEMAF) (SEMGOV) (SEMOSP) (SEMTAS), POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES", no dia 23 de junho de 2025 às 10h00min (horário de Brasília - DF), portal www.licitanet.com.br, devido a desclassificação da Empresa K.A. Serviços Ltda Por não apresentar a comprovação de exequibilidade solicitada em diligência. O edital e sessão estão disponíveis em: www.licitanet.com.br e www.altoparaiso.ro.gov.br. Mais informações de segunda à sexta-feira das 07h30min às 13h30min, na sala da CPL. localizada na Rua Marechal Rondon, 3031- Centro, Prédio da Prefeitura Municipal de Alto Paraiso - e através do e-mail: cpl.pmap123@hotmail.com.

Alto Paraíso/RO, 12 de junho de 2025.

Eliene Silva Pregoeira Documento Assinado Eletrônico

Morte de idosa leva polícia a descobrir abrigo clandestino em Cacoal

vivia em um abrigo clandestino para idosos, morreu na última segunda--feira (9) em Caco-

Uma idosa, que al (RO). A suspeita é que a mulher teria sido vítima de maus tratos e negligência. Após denúncia de familiares, o local virou



ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO - RO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 353/2025

O Prefeito do Município de Alto Paraíso/RO, no uso de suas atribuições, ADJUDICA e HOMOLOGA, a despesa com " CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZA-DA EM SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE SISTE-MA DE INFORMATIZAÇÃO, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde - SEMSAU, por meio do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/CIMCE-RO/2024, vinculado à ATA REGISTRO DE PREÇOS (ARP) Nº 013/CIMCERO/SRP/2024, realizado pelo Consórcio Intermunicipal da Região Centro Leste do Estado de Rondônia - CIMCERO, Em favor da seguinte empresa: TWI TECNOLOGIA E GESTAO DE SISTEMAS LTDA - inscrita sob o CNPJ - 11.601.924/0001-60 Valor total homologado de R\$ 102.000,00 (cento e dois mil reais).

Alto Paraíso-RO, 12 de junho de 2025.

HOMOLOGADO NA FORMA DA LEI

JOÃO PAVAN PREFEITO MUNICIPAL Documento assinado eletronicamente



ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO - RO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 1398/2025

A prefeitura municipal de Alto Paraiso - RO convoca, a quem interessar, sobre a dispensa de licitação nos termos do art. nº 75, inciso II, da Lei 14.133/2021, visando a AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE SEN-DO 01 (UM), SMARTPHONE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO CONSELHO TUTELAR MUNI-CIPAL, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO DE ALTO PARAÍSO - RO, no valor estimado de R\$ 1.500,00 (um mil, e quinhentos reais), As proposta de preço deve estar em conformidade com o termo de referência que encontra-se disponível em www.altoparaiso. ro.gov.br, as devidas proposta deverá ser apresentada até o dia 18/06/2025 às 10h00min (horário local). Na sala da CPL N° 06, localizada na Rua Marechal Rondon, 3031-Centro, Prédio da Prefeitura Municipal de Alto Paraiso ou através do e-mail: cpl.pmap123@hotmail.com.

Alto Paraíso/RO, 12 de junho de 2025.

Eliene da Silva Pregoeira/Agente de contratação alvo de investigacões.

De acordo com a denúncia, Francisca Câmara de Araújo, de 75 anos, deu entrada no Pronto Atendimento Municipal (PAN) da cidaapresentando grave quadro de desidratação" "em estado crítico de saúde, evidenciando sinais compatíveis com negligência e cuidados básicos". A morte da idosa foi confirmada dias depois.

Policiais e entidades de assistência social e socorro estiveram no abrigo e constataram que ele funcionava de forma irregular e que as condições para manter os abrigados eram consideradas inadequadas.

'A casa não tem condições de atendimento. A situacão dos idosos era de vulnerabilidade e a gente pediu alocação dos que estavam lá", afirmou a Presidente do Conselho do Idoso de Cacoal, Miriam Lacerda, em entrevista Rede Amazônica.

Os idosos que estavam no abrigo entregues foram aos familiares e os que não tiveram parentes localizados foram direcionados a uma casa de assistência social do município.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA Departamento Estadual de Trânsito



Coordenadoria de Apoio Técnico ao Gabinete - DETRAN-CTECGAB

AVISO AVISO DO EDITAL Nº 4/2025/DETRAN-COMPRELIVCOAL LEILÃO ELETRÔNICO Nº 110/2025/DETRAN-RO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6938/2025/DETRAN-RO

O DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE RONDÔNIA – DETRAN-RO torna público que realizará Leilão Público, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento MAIOR LANCE, para a venda de veículos conservados, quais sejam, aqueles em condições suficientes para voltarem a circular nas vias públicas, conforme anexo deste Edital, com fundamento no art. 328 da Lei nº 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro; na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que institui normas para licitações e contratos administrativos, na Resolução do CONTRAN nº 623 de 06 de setembro de 2016 e pelas disposições deste Edital.

1.DA DATA E HORÁRIO DO LEILÃO:

- 1.1.O procedimento do Leilão será realizado de forma eletrônica pelo Leiloeiro Administrativo Roberto Rivelino Amorim de Melo, matrícula nº******607, que se incumbirá de desenvolver os procedimentos, nos dias e horários, conforme preconizado neste Edital de Leilão.
- 1.2.Os procedimentos serão online, através da Internet, na qual os lances serão realizados por meio de acesso identificado, no site Oficial do Departamento Estadual de Trânsito: https://leilaoonline.detran.ro.gov.br/.
- 1.3.O Leilão será realizado nos dias e horários, conforme cronograma abaixo:

ATIVIDADES	ETAPA			
Visitação prévia dos lotes	Início da visitação	Encerramento da visitação		
	Dia 16/06/2025, das 08h às 13h	Dia 27/06/2025 das 08h às 13h		
Período de lances	Início dos lances	Fechamento automático dos lances		
	Dia 30/06/2025 às 08h	Dia 02/07/2025 a partir das 08h		
Prazo de pagamento	a partir de 11h do dia 02/07/2025 até o dia 07/07/2025			
Envio de notas de arrematação	a partir do dia 11/07/2025			
Entrega dos veículos	a partir de 14/07/2025 , das 08h às 13h, no setor de liberação de veículos na localidade onde estão removidos.			

Os veículos que serão leiloados encontram-se removidos no pátio da Ciretran de Cacoal, no endereço abaixo especificado, devendo ser verificadas previamente pelos arrematantes as regras de CIRETRAN quanto a entrega dos lotes.

MUNICÍPIO	VISITAÇÃO	ENTREGA DOS LOTES	ENDEREÇO	CONTATO
Cacoal	Por ordem de chegada	Por Agendamento	AV. Castelo Branco, 22743 - Parque Industrial, Cacoal e-mail: cacoal@detran.ro.gov.br cml@detran.ro.gov.br	(69) 99328-2804 - WhatsApp Comissão de Leilão (69) 99268-5267 WhatsApp CIRETRAN Cacoal

O Edital nº 110/2025 completo e seus anexos encontram-sedisponíveis no endereço eletrônico: https://www.detran.ro.gov.br/post/categoria/editais-de-leiloes.

HASSAN MOHAMAD HIJAZI

Diretor de Planejamento, Administração e Finanças Portaria de Delegação nº 863 de 06 de maio de 2025

Homem é condenado por envolvimento no assassinato de vigilante em Porto Velho



Vanderson Vilena de Assunção, baleado enquanto trabalhava em escola.

Um homem acusado de ajudar no latrocínio do vigilante Vanderson Vilena de Assunção, de 38 anos, foi condenado a 23 anos de prisão em regime fechado. Vanderson foi baleado pelas costas enquanto trabalhava em uma escola de Porto Velho. O suspeito de ter atirado contra a vítima também está preso e aguarda julgamento.

Segundo a sentença do Tribunal de Justiça de Rondônia (TJ-RO), o condenado teve participação ativa na tentativa de roubo que terminou com a morte do vigilante. Embora não tenha feito o disparo, ele foi responsável por levar os criminosos até o local, adulterar as placas do carro usado no crime e tentar acobertar os envolvidos.

Além disso, segundo a Justiça, ele planejou a morte do autor dos tiros para atrapalhar as investigações, o que caracteriza uma tentativa de "queima de arquivo". Diante das provas reunidas, o júri decidiu pela condenação e determinou que ele continue preso, sem direito à substituição da pena ou liberdade provisória.

A Justiça também destacou que o vigilante foi morto de forma covarde, durante o dia e enquanto trabalhava. A sentença também ressaltou que a vítima era pai de quatro filhos pequenos e que a perda de um pai nessas condições causa grande sofrimento e consequências graves para a família.

A vida em Ariquemesestá mudando para *melhor!*

0 0800 690 0100



Somos uma das cidades de Rondônia que mais investe em saneamento.

99% da população conta com água tratada e as obras na rede de esgoto seguem avançando.

CO ARIQUEMES

Forts "Subura Nacional de Informaçãos estre Secuentes Educa (SINSA: Suda (SI)









plural LIGUEAGORAL

Porto Velho-RO, 13 junho de 2025

AGRONEGÓCIO

Importância do associativismo no fortalecimento da agricultura familiar é destacada em reunião

O governo de Rondônia realizou uma reunião no Km o6 da Linha 98, na Zona Rural de São Miguel do Guaporé, para discutir a importância do associativismo no fortalecimento da agri

cultura familiar. O encontro teve como objetivo traçar metas estratégicas para organizar a gestão comunitária e facilitar a aquisição compartilhada equipamentos agrícolas. Ao todo, participaram 42 pessoas, entre homens, mulheres e jovens produtores rurais.

Para o governador de Rondônia, Marcos Rocha, o governo tem levado ao campo ações que possam garantir o desenvolvimento do setor agropecuário estado. "O associativismo é a chave para o fortalecimento da agricultura familiar, pois une os produtores em torno de objetivos comuns, garantindo acesso a recursos, tecnologia e melhores condições de trabalho no campo", ressaltou.

A gerente do escritório local da Entidade Autárquica de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia (Emater-RO), Neide explicou Dantas, que a instituição presta assistência às associações ruorientando rais, sobre direitos e deveres dos associados, além de auxiliar na gestão e uso compartilhado de serviços. "A associação está regularizada e cadastrada no Sispar.

A proposta atual é viabilizar a aquisição de um trator espalhador de calcário para uso coletivo dos produtores associados."

O Sispar é o Sistema de Parcerias do Governo do Estado de Rondônia, utilizado para convênios firmar com entidades por meio da Lei no 13.019/2014, que



Os agricultores familiares de São Miguel do Guaporé organizados em associações colhem beneficios importantes.

institui o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil. Após atender aos critérios exigidos, a associação torna-se apta a firmar parcerias com o Executivo Estadu-

Segundo o diretor-presidente da Emater-RO, Luciano Brandão, os agricultores familiares organizados associações colhem benefícios importantes, como acesso facilitado equipamentos,

compra coletiva de insumos com precos mais baixos e eficiência maior nas atividades agrícolas. "O associado tem mais facilidade para conduzir suas lavouras, fazer uso equipamentos próprios ou cedidos em comodato às associações e conseguir comprar insumos mais baratos", afirmou.

Além do associativismo, a reunião abordou a necessidade do Cadastro de Agricultura Familiar (CAF) para acesso às políticas públicas de governo, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) entre outros. força da união e o fortalecimento do associativismo têm sido determinantes para transformar a realidade dos produtores. Esse movimento ganhou força e já está fazendo a diferença no campo.

